

**PRÁTICAS INTERGERACIONAIS, CIDADES E (PÓS-)PANDEMIA: Identificando temas emergentes para o campo das políticas públicas**

**GISLAINE XAVIER DA SILVA ASSIS**  
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE)

**ADRIANA TENÓRIO CORDEIRO**  
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE)

# **PRÁTICAS INTERGERACIONAIS, CIDADES E (PÓS-)PANDEMIA: Identificando temas emergentes para o campo das políticas públicas**

## **1. INTRODUÇÃO**

Políticas públicas e práticas ligadas a relações intergeracionais, e suas distintas repercussões sociais, culturais e econômicas, têm sido pouco estudadas (PUNCH, 2019; SOUZA, 2003). Estudos que abordam a idade como variável social têm sido, sobretudo, compartimentalizados em literaturas sobre gerações mais jovens ou mais idosas que raramente se interligam (VANDERBECK, 2007). Embora os aspectos geográficos em torno de relações intergeracionais variem entre grupos sociais e contextos, é possível reconhecermos uma problemática mais ampla ligada à distância social e espacial que separa membros de gerações mais idosas dos de gerações mais jovens.

A segregação socioespacial pela idade assume diferentes formas, extrapolando a segregação institucional (*e.g.*, ambientes de trabalho ou escolas) para contemplar espaços de atividades cotidianas, bairros, transportes e novas tecnologias. A construção socioespacial da idade, incluindo estereótipos acerca de gerações jovens ou idosas, e preconceitos associados, também constitui desafio ao engajamento efetivo em ambientes intergeracionais e merece devida atenção no âmbito da pesquisa social, sobretudo problematizando efeitos da pandemia sobre práticas intergeracionais.

Ademais, o surgimento de plataformas normativas na esfera das políticas para a criação de ambientes amigáveis para segmentos da população, como o segmento infantil, deixa entrever que seus traços se sobrepõem significativamente às cidades amigas dos idosos. Exemplos práticos de iniciativas e programas intergeracionais no mundo todo sugerem importantes benefícios ligados a esforços sinérgicos de estratégias de desenvolvimento que apoiam iniciativas intergeracionais (VAN VLIET, 2011; SOUZA; GRUNDY, 2007). Outro aspecto da integração etária inclui a facilitação da formulação e implementação de políticas, com integração e uso mais eficiente de recursos humanos, físicos e financeiros, isto é, em vez de se ter que comparar e pesar alternativas concorrentes, negociando um grupo populacional em oposição a outro, formuladores de políticas podem ter uma imagem mais integrada, concentrando-se em sobreposições e conexões que se reforçam e apoiam mutuamente (VAN VLIET, 2011).

Deve-se refletir acerca do tema da intergeracionalidade que ainda é pouco conhecido, bem como destacar a importância de políticas públicas referentes a idosos e jovens. Através de práticas intergeracionais é possível desenvolver trocas de experiências entre os jovens e idosos. Se por um lado os mais velhos transmitem seus conhecimentos e memórias, os mais jovens, por sua vez, têm a oportunidade de ensinar sobre a nova era envolvida pela tecnologia e informação, ou seja, estas práticas promovem o desenvolvimento de todos os envolvidos. Vale lembrar que à medida que o país está envelhecendo, nota-se que os idosos estão desenvolvendo um importante papel como consumidores de serviços e produtos, algo que também merece atenção por parte da área da gestão.

## **2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO**

Há importantes lacunas de conhecimento no que se refere aos aspectos que moldam representações e práticas intergeracionais no contexto de cidades médias, em especial quanto às características de práticas intergeracionais na cidade em sua interface com os desafios trazidos pela pandemia de Covid-19. Assim, esta pesquisa reconhece a necessidade de prover

conhecimentos pertinentes no âmbito da gestão pública ligados a espaços intergeracionais que possam ser proveitosos à formulação de políticas e ações mais eficazes às diferentes gerações, e reconhecendo novos desafios suscitados por um cenário (pós-)pandêmico. Além disso, diante de um cenário econômico desafiador, a necessidade de estudos nessa área se amplia ao considerarmos a relevância de políticas orientadas ao contexto de cidades cuja realidade se distingue da dos grandes aglomerados metropolitanos.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar os principais aspectos que moldam representações e práticas intergeracionais no contexto de cidades médias em tempos pandêmicos. Os objetivos específicos incluem identificar os principais sentidos atribuídos a interações e relacionamentos intergeracionais na cidade e descrever aspectos que facilitam ou limitam práticas intergeracionais em tempos pandêmicos.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 Gerações e práticas intergeracionais**

A noção de geração tem sido empregada no âmbito da pesquisa social para posicionar temporariamente as pessoas umas em relação às outras, e foi fortemente influenciada por Karl Mannheim (1952 [1927]), segundo o qual a unidade das gerações é formada por locais sociais e históricos particulares ocupados por pessoas que nasceram em uma época semelhante. Vanderbeck (2007) explica que o nascimento de indivíduos em uma sociedade exige a transmissão contínua da cultura; também produz possibilidades de mudança e ação social, dado que aqueles nascidos em diferentes épocas experimentam e interpretam eventos históricos de diferentes pontos de vista. Assim, para o autor se poderia falar de um ordenamento geracional das relações sociais, assim como as relações sociais também são ordenadas por gênero, etnia, classes econômicas, entre outras dimensões.

Idade e geração não costumam ser reconhecidas como variáveis sociais da forma como são gênero ou classe econômica, sendo menos investigadas empiricamente (PUNCH, 2019). No texto ‘Intergeracionalidade e Cidadania’, do sociólogo Dirceu Magalhaes, o autor descreve o conceito sobre gerações:

As gerações são mais que coortes demográficos. Envolvem segmentos sociais que comportam relações familiares, relações entre amigos e colegas de trabalho, entre vizinhos, entre grupos de esportes, artes, cultura e agremiações científicas. Implicam estilos de vida, modos de ser, saber e fazer, valores, ideias, padrões de comportamento, graus de absorção científica e tecnológica. Comporta memória, ciência, lendas, tabus, mitos, totens, referências religiosas e civis (MAGALHÃES, 2000 *apud* CARVALHO, 2012, p.83-84).

Não se trata de apontar uma dimensão como sendo mais relevante que outra, mas questões de ordenamento geracional merecem uma compreensão mais acurada à medida que a formulação e eficácia de programas e iniciativas demandam a identificação de aspectos diversos – motivações, experiências e sentidos – associadas a práticas intergeracionais.

As relações intergeracionais podem ser entendidas, pois, como espaços onde conflitos, cooperação e mudança são desencadeados e negociados (VANDERBECK, 2007), sendo que espaços intergeracionais não se restringem a espaços físicos. Os primeiros movimentos conhecidos sobre as práticas intergeracionais surgiram nos Estados Unidos, na década de 1960, com programas que pretendiam juntar pessoas com mais idade com as crianças do jardim de infância, de forma a promover a inclusão social de pessoas em situação de pobreza, violência e consumo de substâncias. Na Europa, foi na década de 1990 e na Inglaterra que surgiram as primeiras iniciativas destinadas a promover a participação social das pessoas com mais idade, em iniciativas de voluntariado (MOTA; NEVES, 2018, p. 7).

Na América Latina, foi durante os anos de 1990 que os programas intergeracionais começaram a ser desenvolvidos por meio de instituições privadas e governamentais. Já no Brasil, em 1993, por meio do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (Sesc) foi lançado o projeto “Era uma vez... Atividades intergeracionais”, sendo que seu objetivo era promover uma aproximação entre crianças e idosos através de histórias baseadas na literatura infanto juvenil (FERRINGO, 2011).

As práticas de atividades intergeracionais trazem benefícios a ambas as gerações. Enquanto os mais velhos desfrutam de apoio prático que o público jovem oferece, os alunos conseguem perceber as dificuldades que os participantes de mais idade sentem e através disso mudam a forma de encarar o envelhecimento (MOTA; NEVES, 2018). Assim, entende-se que é necessária essa troca de experiências pois por meio dela é possível motivar os mais velhos a desenvolverem um papel mais ativo, além de ajudar a geração mais jovem a assumir uma nova perspectiva sobre o envelhecimento populacional, e a lidarem com essa situação de maneira positiva (SPITERI, 2016).

### **3.2 Gestão, Cidades e Qualidade de vida urbana**

Uma preocupação referente à qualidade de vida se ampliou a partir de um movimento dentro das ciências humanas e biológicas com o intuito de valorizar os parâmetros mais amplos relacionados ao controle de sintomas, aumento da expectativa de vida e a diminuição da mortalidade. Nesse sentido, a qualidade de vida tem sido abordada por diversos autores como um sinônimo de saúde e para outros a saúde seriam apenas um dos aspectos a serem considerados (FLECK *et al.*, 1999).

Sendo a qualidade de vida um direito fundamental presente no Art. 5º da Constituição Federal de 1988, onde o Estado é o principal agente responsável por garantir isto através de políticas públicas, principalmente referente à saúde, é possível notar que ainda existem muitos fatores que impedem que isso ocorra amplamente no Brasil. Por exemplo, tem-se o alto índice de desemprego e violência, políticas públicas com baixo grau de efetividade, elevados níveis de pobreza, desigualdade no país, entre outros fatores.

Em contrapartida, a convergência entre princípios da ONU (Organização das Nações Unidas) para o desenvolvimento sustentável e a Convenção sobre os Direitos das Crianças (ONU, 1989) lançava em 1996 a ‘Iniciativa Cidades Amigas da Criança’ para promover resolução aprovada na 2ª Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat II). A resolução visava transformar as cidades em locais habitáveis para todos, apontando o bem-estar da criança como principal indicador de um *habitat* saudável, de uma sociedade democrática e de uma boa governança (UNICEF, 2004). A esfera de políticas que apoiam o bem-estar da população nas cidades também deve responder às tendências ligadas ao envelhecimento populacional. Em 2002, na Declaração Política e Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de Madrid (ONU, 2002), as nações reconheceram a necessidade de mudanças de atitudes, políticas e práticas em todos os níveis para satisfazer as grandes potencialidades do envelhecimento no século XXI, e direcionar ações para ‘uma sociedade para todas as idades’ sem a exclusão ou discriminação contra idosos. Na esfera de ações locais, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem reconhecido o engajamento de municípios em uma rede global para melhorar ambientes físicos e sociais em prol de um envelhecimento saudável, na promoção de cidades e comunidades amigáveis à pessoa idosa (OMS, 2008).

Contudo, para as gerações mais novas a ênfase sobre ambientes amigáveis contrasta com práticas cotidianas à medida que estudos apontam o deslocamento e uso do espaço público por crianças e adolescentes cada vez mais monitorados e controlados (FOTEL; THOMSEN, 2004; POJANI; BOUSSAUW, 2014); a percepção crescente do espaço público como sendo perigoso e hostil tem ampliado a provisão de espaços segregados e voltados à interação entre pessoas da mesma faixa etária (AITKEN, 2001). Karsten e Van Vliet (2015) ressaltam que os mesmos

fatores que levaram à segregação de crianças em espaços e programas especificamente desenhados e designados para eles, também contribuíram para a segregação de idosos (p. 10), obstruindo benefícios potenciais e mútuos de ambientes intergeracionais.

Há, ainda, uma sobreposição acerca do modo como questões de habitabilidade afetam crianças, jovens e idosos. Todos são, por exemplo, beneficiados por bairros seguros e acessíveis, e moradias acessíveis e próximas a lojas, vizinhos e serviços, com fácil acesso a espaços para convivência e lazer, e da disponibilidade de alimentos em mercados locais e hortas comunitárias nos bairros. Escolas que servem como centros comunitários e que oferecem programas de assistência infantil e extraclasses podem também atender às necessidades físicas e sociais de idosos e crianças e jovens. Ambas as gerações também precisam de transporte público confiável, seguro e acessível para apoiar uma mobilidade mais independente e o acesso aos equipamentos urbanos (VAN VLIET, 2009, p. 21).

Outro aspecto da integração etária inclui a facilitação da formulação e implementação de políticas, com integração e uso mais eficiente de recursos humanos, físicos e financeiros, isto é, em vez de se ter que comparar e pesar alternativas concorrentes, negociando um grupo populacional em oposição a outro, formuladores de políticas podem ter uma imagem mais integrada, concentrando-se em sobreposições e conexões que se reforçam e apoiam mutuamente (VAN VLIET, 2011). A seguir avançamos nesta discussão acerca das políticas públicas e integração de gerações.

### **3.3 Políticas públicas e integração de gerações**

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) apontam que o número de pessoas acima de 60 anos no Brasil deve chegar a 25,5% da população até 2060, representando uma população de 58,2 milhões. Essa projeção corrobora um rápido processo de envelhecimento que marca o país e que deve se ampliar. A estimativa de variação da população por grupos etários sugere que a população de 15 a 64 anos e a total devem começar a cair em termos absolutos nos anos de 2038 e 2048, respectivamente (IPEA, 2018). Diante disto, faz-se necessário que as autoridades e o país encontrem maneiras de assegurar o cumprimento das leis de proteção aos idosos e os direitos que fazem parte do seu cotidiano, além de externar e divulgar leis e políticas públicas que visam garantir a dignidade dos mesmos. São exemplos destas políticas públicas: Política Nacional do Idoso (1994), Política Nacional de Saúde do Idoso (1999), Estatuto do Idoso (2003), entre outras.

No que se refere à juventude, políticas públicas ganharam uma maior repercussão na década de 90 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulamentado pela Lei 8.069/90, porém beneficiando apenas uma parte dos jovens. Foi só no ano de 2013 que toda a juventude foi contemplada com a criação do Estatuto da Juventude que assegura os direitos e garantias individuais (SILVA, 2016). Estão inclusos nestas políticas: geração de empregos, educação de qualidade, saúde, acesso à cultura, esportes e lazer, e assim por diante.

Estas políticas são voltadas principalmente aos jovens mais desprovidos de recursos financeiros, ou seja, jovens de baixa renda, geralmente moradores da periferia urbana compreendidos como integrantes de lares desestruturados e muitas vezes são vistos como jovens problemáticos. Sabe-se que estas políticas são de extrema importância para todos os jovens e em especial aos menos favorecidos pois colaboram com o desenvolvimento dos envolvidos e elas devem ser elaboradas considerando as particularidades e necessidades dos mesmos (CECARELLI; SALLES, 2016).

Entende-se que ambas as gerações estão em desenvolvimento e se tornando referenciais de estudos. Contudo, à medida que a população idosa cresce no país nota-se um grande distanciamento entre esses dois grupos etários, sendo isto o resultado do segregamento social e da sociedade que se amplia. Segundo Ferrigno (2011), esse distanciamento também é resultado

dos ‘espaços exclusivos’, onde crianças estão no espaço escolar, os jovens se mantêm em grupos fechados, os adultos estão no trabalho e muitos idosos frequentam grupos de convivência e associações assemelhadas para a prática do lazer ou permanecem isolados em seus lares. O autor ainda destaca que dentro do ciclo familiar, onde os indivíduos estão no mesmo local, o distanciamento ainda permanece pelo fato do diálogo ser empobrecido ou até inexistente entre os pais e filhos e avós e netos. Porém, idosos e jovens podem exercer uma imensa contribuição à sociedade através da inserção de programas e atividades intergeracionais, sendo estes fatores pouco explorados no país (SOUZA, 2003).

De acordo com Newman (2011), nos Estados Unidos os programas intergeracionais estão presentes em diversas partes do país em pequenas e grandes cidades, e os locais que atendiam apenas jovens ou idosos agora ofertam programas que atendem as duas gerações. Newman também complementa que as entidades como bibliotecas, creches, escolas, igrejas, faculdades, hospitais, clubes, entre outros, então sendo adaptados para receber todos os participantes, desde o mais jovem até o mais idoso, com a finalidade de reduzir o isolamento social, evasão escolar, falta de moradia, solidão, pobreza, entre outros. Para a autora, essas ações promovem uma forma de aprendizado entre os jovens e idosos, ajudam a desenvolver relações intergeracionais e melhoram a qualidade de vida dos envolvidos, onde uma geração ajuda a outra.

No município brasileiro de Taguatinga (DF), por exemplo, foi implementado um projeto de integração entre gerações para promover o bem-estar de idosos e adolescentes a partir das reminiscências como meio de integração. Souza (2003) avaliou a opinião dos participantes e a contribuição desses grupos etários na construção de capital social. A autora sugere que esse programa contribuiu para a construção de confiança e reciprocidade mútuas, indicando-a como uma alternativa para se investir em capital social e melhorar o bem-estar dos participantes.

Desde os anos de 1980, muitas instituições brasileiras de Ensino Superior aderiram a cursos específicos voltados aos idosos nas chamadas Faculdades da Terceira Idade. Boa parte das iniciativas são de ações exclusivas para esse grupo etário, mesmo existindo uma relação intergeracional com os professores de tais cursos, já que a maioria desses docentes são pessoas jovens. Os dados do estudo de Ferringo permitiram estabelecer alguns conteúdos geracionais específicos que são intercambiados e dessa forma concedem a ampliação cultural dos envolvidos (FERRINGO, 2011). Contudo, estas atividades na América Latina e no Brasil além de não serem tão discutidas e não receberem a devida atenção por parte das autoridades, sofrem também uma limitação devido à falta de recursos e cenários de instabilidade política (SOUZA, 2003).

#### **4. METODOLOGIA**

Esta pesquisa consiste em um estudo exploratório qualitativo (MERRIAM, 1992), onde buscou-se identificar os principais aspectos que moldam representações e práticas intergeracionais no contexto de cidades médias no período pandêmico. Este estudo tem dois eixos: teórico e empírico. No que se refere ao eixo teórico, a partir da pesquisa bibliográfica (RICHARDSON, 1999) buscou-se o delineamento de conceitos e arcabouços para subsidiar a análise dos dados coletados com efetivação da etapa empírica. Os meios incluíram: livros e periódicos diversos; arquivos públicos; sites de universidades, entidades e associações, sites de busca, site do Governo e bases de dados *online*.

No eixo empírico, foi realizada uma pesquisa de campo com um público-alvo acima de 60 anos de idade. A pesquisa de campo incluiu a aplicação de instrumento de um questionário eletrônico *online* (do *Google Docs*) semiestruturado, com termo de consentimento online, e perguntas para traçar perfil dos participantes e hábitos, e perguntas abertas ligadas às suas percepções quanto a espaços e atividades intergeracionais na cidade. Ao todo, foram elaboradas 23 perguntas (15 fechadas e 8 abertas) e em seguida o questionário foi encaminhado aos participantes.

A técnica utilizada para a seleção dos sujeitos de pesquisa foi a *snowball sampling*, amostragem bola de neve (ou autogerada), em que um grupo inicial de entrevistados é selecionado e, após serem entrevistados, esses participantes indicam outras pessoas pertencentes ao público de interesse da pesquisa. Os participantes da pesquisa incluíram idosos acima de 60 anos e duas pessoas de 32 e 39 anos que residem em cidades médias (as quais possuem entre 100 mil e 500 mil habitantes): Caruaru, Garanhuns, Petrolina e Olinda. Baseado nisso, 19 participantes foram alcançados e dentre eles haviam 10 mulheres e 9 homens. Dos participantes, há duas pessoas de idades de 32 e 39 anos, as quais foram incluídas na amostra por indicação direta de dois participantes.

No tocante aos dados oriundos das respostas a questões fechadas, foram realizadas análises estatísticas simples com cálculo de médias e distribuição de frequências (RICHARDSON, 1999) e as perguntas abordavam fatores como gênero, estado civil, renda mensal, grau de instrução, quantidade de pessoas que residem com os participantes, papel que eles desempenham em seu domicílio, frequência de interação com pessoas de diferentes idades, fatores que mais sentem falta antes do isolamento social, entre outros.

Referente às questões abertas, utilizou-se como técnica de análise de dados qualitativos a Análise Temática (AT) para geração de mapa temático da percepção dos participantes do estudo. Esta análise consiste em um método produtivo em contextos investigativos exploratórios e busca identificar, analisar e reportar temas contidos nos dados, em especial ligados a motivações, experiências e sentidos associados ao tópico de pesquisa, nesse caso interações e práticas intergeracionais na cidade. Vale ressaltar que a amostra é por indicação e contou com termo de consentimento online; não envolveu a identificação dos sujeitos envolvidos em publicações acadêmicas posteriores; assim, foram minimizados desconfortos ou possíveis riscos associados à participação dos respondentes na pesquisa. A operacionalização da AT seguiu procedimentos associados a seis (06) fases, conforme Braun e Clarke (2006) (Quadro 01).

**Quadro 01 – Fases da Análise Temática**

<b>Fase</b>	<b>Descrição do processo</b>
1 - Familiarização com os dados	Transcrever dados (se necessário no caso de questionários impressos), ler e reler os dados, anotando as ideias iniciais
2- Geração códigos iniciais	Codificar recursos dos dados de forma sistemática em todo o conjunto de dados, agrupando dados relevantes para cada código
3 - Busca de temas	Agrupar códigos em temas em potencial, reunindo todos os dados relevantes para cada tema em potencial
4 - Revisão de temas	Verificar se os temas funcionam em relação aos extratos codificados e todo o conjunto de dados, gerando um 'mapa' temático da análise
5 - Definição e nomeação de temas	Análise contínua para refinar as especificidades de cada tema e a história geral contada pela análise, gerando definições e nomes claros para cada tema
6 - Produção do relatório	Seleção de exemplos de extratos vívidos, análise final de extratos selecionados, relacionados com a questão de pesquisa e literatura, produzindo um relatório acadêmico da análise

Fonte: adaptado de Braun e Clarke (2006, p. 87).

Na etapa de análise dos dados referente às questões abertas, utilizou-se o Software de análise de dados *NVivo Pro*, versão 12, para codificação e agrupamentos a partir dos dados analisados, bem como geração de nuvens de palavras, registro de frequências e ranqueamento de itens de sentido codificados no processo de análise. A seguir, discutimos os resultados obtidos a partir da pesquisa. Nomes dos participantes foram modificados para a discussão.

## **5. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **5.1 Contexto: cidades, pandemia e seus efeitos sobre a população**

Diante da pandemia da Covid-19 e o aumento do número de infectados, em março de 2020 iniciou-se um plano de convivência, com estratégia de *lockdown*, envolvendo desde restrições como o fechamento do comércio e escolas/universidades, a controle de circulação de pessoas nas cidades e vários outros decretos a fim de conter a propagação do vírus. Assim, do mês de março até maio de 2020 a população vivenciou uma intensa quarentena e, passado esse prazo, seguiram-se períodos de flexibilizações de regras e retomadas de períodos de *lockdown* a partir do acompanhamento de dados epidemiológicos. Desde março do ano de 2020 muitas atividades têm sido realizadas de forma remota, eventos públicos foram suspensos e o comércio de forma geral foi afetado, com aumento de desemprego.

Durante o período inicial da pandemia, o número de pessoas infectadas aumentava afetando mais diretamente os idosos. De acordo com os meios de Consórcio de Imprensa, cerca de 144 mil idosos acima de 60 anos morreram vítimas do vírus no Brasil até os primeiros dias de 2021, conforme boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde. Entretanto, iniciou-se em janeiro de 2021 o plano de vacinação de idosos e este cenário de infectados e óbitos foi se modificando. A procura por leitos de UTI e a letalidade da doença passou a atingir os mais jovens, sobretudo indivíduos entre 30 e 59 anos.

No momento mais crítico desde o início da pandemia, onde os leitos de UTI-Covid do país estavam perto de 100% de ocupação e os Estados declaravam calamidade pública, no mês de março de 2021 foi implementada uma nova quarentena no Estado de Pernambuco, dessa vez com duração aproximada de 20 dias, e aos poucos as escolas e o comércio novamente começaram a retornar suas atividades. Segundo nota técnica disponibilizada em janeiro de 2021 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), durante a pandemia o Brasil não adotou uma política nacional abrangente de distanciamento social e o nível de rigor das medidas variou de um estado para outro, sendo que medidas rígidas de distanciamento social só ocorreram durante a primeira onda do Coronavírus (início da pandemia) se comparadas com a situação onde os casos se tornaram mais graves e a quantidade de óbitos aumentaram (MORAES, 2021).

O mês de junho de 2021 registrou a marca de 500 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Um estudo publicado por pesquisadores de Harvard, Princeton, Universidade do Sul da Califórnia e da Universidade Federal de Minas Gerais, mostra o impacto direto que a pandemia vem causando na demografia brasileira e aponta que a Covid ‘roubou’ dois anos de expectativa de vida dos brasileiros. Anteriormente, a expectativa seria de 77 anos e passou a ser de 75 anos, e em alguns estados como Porto Alegre e Rio de Janeiro os índices de mortes estão ultrapassando os números dos nascimentos se comparado com o ano de 2020. Entretanto, os autores do estudo justificam que o país também já registrou 275 mil mortes acima do esperado em 2020, sendo esses óbitos 80 mil a mais que os registros de morte por Covid-19. Esses números podem ser associados ao colapso do sistema de saúde e aumento da desigualdade devido a pandemia. Destaca-se a importância de estudos ligados ao público com mais de 60 anos reconhecendo a tendência de envelhecimento populacional e suas repercussões.

## **5.2 Perfil geral dos participantes do estudo**

A coleta de dados foi realizada com 19 indivíduos. A partir da pesquisa de campo foi possível identificar aspectos ligados às maneiras como os indivíduos estão lidando com a pandemia e como tem sido sua convivência com pessoas de diferentes faixas etárias. No que tange ao fator gênero, 9 dos participantes se declararam do gênero masculino e 10 feminino. Entre esses entrevistados, observa-se que boa parte reside na cidade de Caruaru/PE ( $f = 11$ ); os demais participantes residem em Garanhuns ( $f = 04$ ); Petrolina ( $f = 03$ ); e Olinda ( $f = 01$ ).

No caso da presente pesquisa, esta procurou compreender a situação de cada participante na relação à sua cidade. Na Tabela 1, tem-se dados sobre a população geral e idosa nas cidades

médias pesquisadas. De acordo com o censo do IBGE de 2010, só em Pernambuco a população com mais de 60 anos era de aproximadamente 936,759 pessoas.

**Tabela 1 – Dados acerca da população das cidades dos entrevistados**

Cidade	População geral estimada (IBGE 2020)	População com mais de 60 anos (censo IBGE 2010)
Caruaru / PE	365.278	31.957
Garanhuns/PE	140.577	13.881
Petrolina/PE	354.317	20.314
Olinda/PE	393.115	44.259

Fonte: IBGE (2010; 2020).

A maior parte dos entrevistados têm entre 65 e 70 anos de idade ( $f = 11$ ), com exceção de duas entrevistadas que possuem idades 32 e 39 anos respectivamente; os demais participantes têm 62, 71, 72 e 80 anos. As duas participantes abaixo dos 60 anos foram diretamente indicadas a participarem, e mantivemos seus questionários à medida que as suas percepções acerca de relações e práticas intergeracionais na pandemia agregam uma perspectiva complementar, isto é, que não se limita à do público idoso. Também foi possível identificar que mais da metade dos participantes é casado/a.

Quanto ao grau de instrução, 15 participantes informaram ‘nível superior completo’. A quantidade de pessoas que residem na mesma casa varia entre ‘dois’ ( $f = 7$ ) e ‘três’ ( $f = 5$ ), e apenas dois participantes residem sozinhos. Pelo fato de a pesquisa abranger um número maior de participantes acima de 60 anos, era de se esperar que estes tivessem netos, sendo que 13 participantes afirmaram isso. A renda familiar variou bastante entre os participantes, onde o mais recorrente foi uma renda de R\$ 8.000,00 a R\$ 12.000,00 ( $f = 6$ ), seguido de entre R\$ 5.000,00 e R\$ 8.000,00 ( $f = 5$ ) e até R\$3.000,00 ( $f = 3$ ). 3 participantes recebem mais de R\$12.000,00 e 3 preferiram não responder. Dentre os papéis que os participantes desempenham, as opções que destacaram foram: ‘Sou cônjuge/ companheiro/a’ ( $f = 13$ ), ‘Sou Mãe/ Pai’ ( $f = 12$ ), ‘Sou Avó/ Avô’ ( $f = 09$ ).

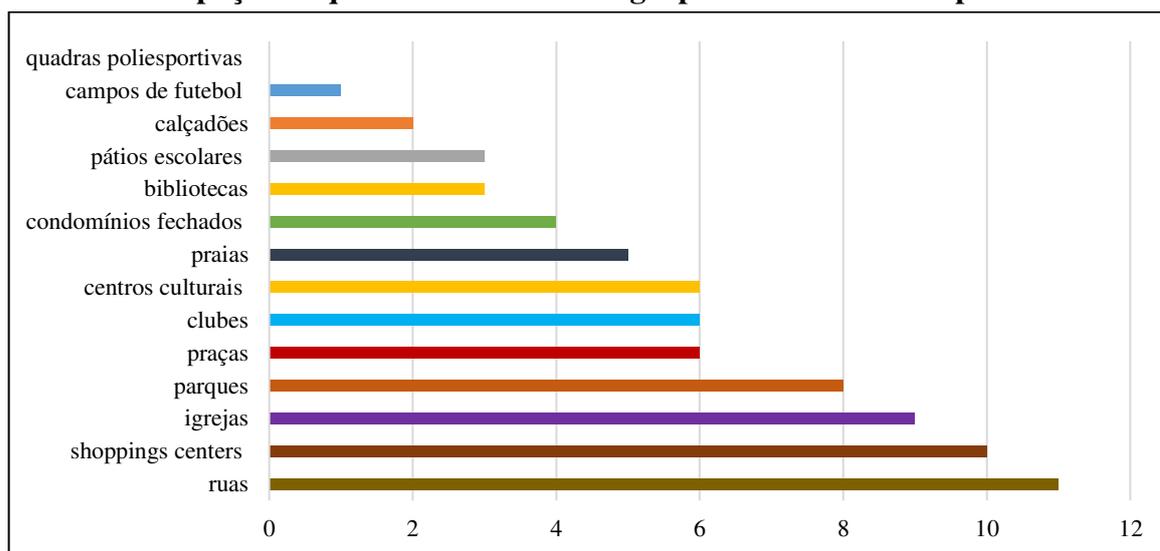
### 5.3 Características de práticas intergeracionais na cidade e repercussões da pandemia

Perguntamos com que frequência os participantes costumavam interagir com pessoas de diferentes faixas etárias *antes* do período de isolamento social imposto pela situação da pandemia. Todos os participantes, sem exceção, responderam que interagem com pessoas de outras idades. 16 deles afirmaram *sempre* interagir ou interagir *regularmente*, enquanto apenas 3 mencionaram que apesar de existir essa interação ela *não acontecia com tanta frequência*.

No que se refere aos hábitos dos participantes *antes* da pandemia, o ‘contato físico’ com pessoas próximas ou com familiares e ‘viajar para outras cidades’ foi bem recorrente entre os participantes ( $f = 10$ ), ou seja, as atividades *antes* da pandemia se assemelham entre eles. Também foi possível notar que ‘encontrar as pessoas sem restrições’, ‘circular pelas ruas das cidades’, ‘ir para faculdade/escola’ e ‘frequentar o comércio de modo geral’ são práticas que os participantes sentem muita falta ( $f = 8$ ) e apenas 1 pessoa aponta que sente falta de ir trabalhar e utilizar os espaços públicos da cidade.

Outra pergunta se referiu aos espaços mais comuns que os participantes costumavam frequentar antes da pandemia com diferentes gerações. Fazendo uma análise geral, as respostas entre os participantes foram equilibradas, mas os locais mais recorrentes entre eles foram as ruas ( $f = 11$ ) shopping centers ( $f = 10$ ), igrejas ( $f = 9$ ) e parques ( $f = 8$ ). Por outro lado, existem locais que não são tão frequentados com pessoas de outras faixas etárias, como praças ( $f = 6$ ), clubes ( $f = 6$ ), centros culturais ( $f = 6$ ), praias ( $f = 5$ ), condomínios fechados ( $f = 4$ ), bibliotecas ( $f = 3$ ), pátios escolares ( $f = 3$ ), calçadões ( $f = 2$ ), e campos de futebol ( $f = 1$ ) (Gráfico 01).

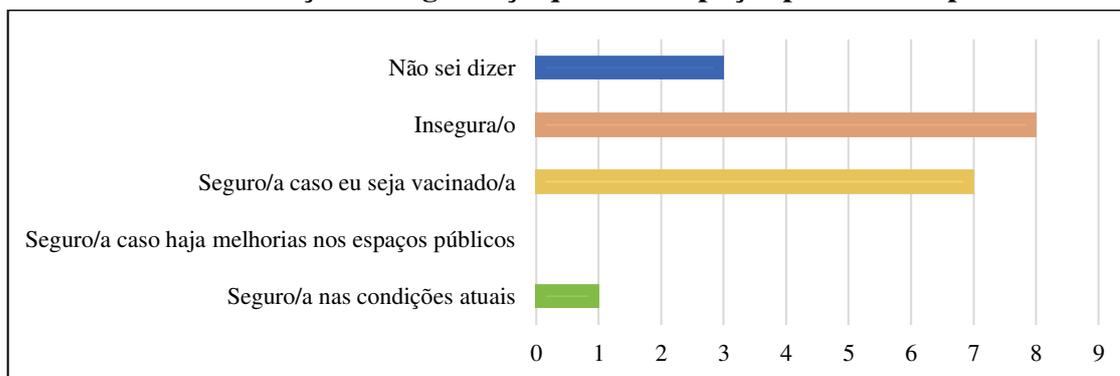
**Gráfico 01 – Espaços frequentados com outros grupos etários antes da pandemia**



Fonte: dados da pesquisa de campo (2021).

Ainda analisando as características das práticas intergeracionais no período pandêmico, foi perguntado como os participantes se sentem em relação ao uso de dos espaços públicos (parques, praças, ruas etc.) para a realização de atividades cotidianas em sua situação atual, isto é, em março de 2021 (Gráfico 02).

**Gráfico 2 – Sensação de segurança quanto a espaços públicos na pandemia**



Fonte: dados da pesquisa de campo (2021).

Alguns dos participantes ( $f = 8$ ) afirmaram estarem inseguros, outros ( $f = 7$ ) disseram que estariam seguros caso estivessem vacinados, enquanto alguns ( $f = 3$ ) não souberam informar, e apenas um homem de 68 anos que reside em Garanhuns-PE afirmou estar seguro/a nas condições atuais.

#### **5.4 Temas que moldam representações e práticas intergeracionais na cidade face à pandemia**

No estudo, foi possível aos participantes compartilharem, a partir de seus relatos, mudanças em suas práticas cotidianas decorrentes da pandemia, tanto no que se refere a interações com pessoas de diferentes idades, como em sua relação com diferentes espaços da cidade. Nas suas respostas, foram convidados também a destacarem dificuldades vivenciadas no período da pandemia, assim como aqueles aspectos que julgam terem atuado como facilitadores para lidar com tais desafios.

Na Figura 01, são ilustrados a partir de nuvem de palavras os itens de sentido mais frequentes nas respostas abertas dos entrevistados, destacando-se 40 palavras que remetem à importância das dimensões social e afetiva na vivência da pandemia.



identificados foram: Relação com a cidade na pandemia (T1); Interações sociais na pandemia (T2); Mecanismos de apoio durante a pandemia (T3) e Vida pós-pandêmica (T4).

O tema ‘Relação com a cidade na pandemia’ (T1), entre os participantes, aponta os seguintes códigos (ou subtemas): ‘restrições para acessar espaços’; ‘menor interação com espaços da cidade’ e ‘valorização de espaços da cidade’. Alguns mencionam que devido à pandemia não é mais possível frequentar alguns locais e outros citam que existem muitas restrições. Também foi possível observar que como consequência dessas mudanças nos locais da cidade, surgiu uma valorização desses espaços, ilustrada por um participante de 68 anos que reside em Garanhuns/PE, na ideia de valorização dos espaços de saúde e condicionamento físico referindo-se às mudanças que a pandemia trouxe (Quadro 02).

**Quadro 02 – Extratos ilustrativos da AT**

Restrições para acessar espaços (T1)	“Praticamente não vou ao comércio, enfim vários locais que não posso mais frequentar” [Elisa, 65 anos]
Menor interação com espaços da cidade (T1)	“Interação com a cidade! Fico em casa sem sair” [Thomas, 67 anos]
Valorização de espaços da cidade (T1)	“Valorização dos espaços de saúde e condicionamento físico” [João, 68 anos]
Protocolos de higiene (T1)	“Cuidados higiênicos e afastamento presencial” [Fábio, 39 anos]
Alteração da rotina de trabalho (T2)	“Diminuiu minha exposição como artista, impedindo minhas apresentações em diversos lugares” [Jorge, 70 anos]
Impactos emocionais (T2)	“Enfrentar a saudade” [Amélia, 80 anos]
Redução do contato social (T2)	“Difícil contato com pessoas da família e amigos” [Rafael, 70 anos]
Intensificação do uso das TICs (T2)	“Aumento das compras online” [Camila, 32 anos]
Mudanças em planos de viagem (T2)	“Acabara de me aposentar e pretendia viajar o máximo que estivesse ao meu alcance, com minha esposa e com familiares, principalmente, netas e neto. Também pretendia visitar parentes e amigos mais distantes. Não tenho visitado irmãs, nem as que moram próximo e nem a que mora mais distante. Também não tenho encontrado, pessoalmente, amigos e amigas” [Ivan, 68 anos]
Amizades (T3)	“A comunicação entre amigos foi um fator, pois pude aprender com eles alguns conhecimentos relacionados a minha área e sempre mantendo a comunicação e dividindo trabalho.” [Jorge, 70 anos]
TICs (T3)	“As redes Sociais, telefone” [Sandra, 65 anos]
Home office (T3)	“Meu trabalho melhorou ficando em casa” [Daniela, 62 anos]
Espiritualidade (T3)	“Deus em primeiro lugar na minha vida, participando dos cultos online e muitas mensagens bíblicas onde tenho me edificado na Palavra, e trazem conforto para alma em dias tão difíceis” [Elisa, 65 anos]
Incertezas (T4)	“Não tenho ideia como vai ficar” [Rafael, 70 anos]
Retomada das atividades cotidianas (T4)	“Retomar com regularidade os atos cotidianos” [João, 68 anos]
Valor à vínculos sociais e afetivos (T4)	“Sim, primeiro abraçar meus familiares, amigos, alunos. Visitar com proximidade parentes mais idosos que estão querendo minha presença e eu a deles. Andar nas ruas sem medo de ser contagiada. Trabalhar presencialmente” [Ana, 69 anos]
Valor à saúde e bem-estar (T4)	“Espero estar bem, e com saúde mental” [Daniela, 62 anos]
População vacinada (T4)	“A minha maior expectativa, no futuro, é que, a maior parte de nós, possa aderir aos programas de vacinação, para que ocorra imunidade coletiva. Desse modo, possamos voltar a conviver com todas as pessoas das quais fomos privados de nos relacionar, dentre eles, familiares, principalmente, os mais distantes e amigos” [Ivan, 68 anos]

Fonte: pesquisa de campo (2021).

O tema referente às ‘Interações sociais na pandemia’ (T2) aponta aos aspectos que mudaram durante a pandemia e questões como ‘redução do contato social’ e ‘intensificação do uso das TICs’ foram bem recorrentes. Em decorrência desses fatores e da nova rotina da sociedade, a pandemia também foi capaz de causar ‘impactos emocionais’ e sentimentos como saudade, medo e perdas de familiares e amigos aparecem nas discussões. Os ‘protocolos de higiene’ também aparecem como um fator que causou medo, além de ser um motivo da nova realidade nas cidades dos participantes (assim, este código apareceu ligado aos dois temas T1 e T2).

Entretanto, para ajudar a enfrentar este período tão caótico alguns ‘Mecanismos de apoio durante a pandemia’ (T3) auxiliaram os participantes. As TICs (tecnologias de informação e comunicação), em especial, foram citadas com muita frequência pois serviram como apoio para amenizar a saudade causada pelo isolamento social e ajudaram em tarefas que antes seriam feitas presencialmente como as ‘compras de alimentos e remédios’ que agora são feitas pela internet (assim, este código apareceu ligado aos dois temas T1 e T2). Em decorrência da intensificação das TICs, o *home office* também aparece como uma adaptação do trabalho presencial. Por outro lado, Elisa (65 anos, de Caruaru/PE) menciona que o que tem lhe ajudado é a sua espiritualidade e cultos online, pois ‘trazem conforto para alma em dias tão difíceis’.

Como uma maneira de adaptação a este período de pandemia, muitas pessoas precisaram passar a maior parte do tempo em suas residências e também realizar suas atividades e trabalhos de forma remota. Como consequência, a interação entre os indivíduos de diferentes faixas etárias da mesma casa aumentou e isso também foi possível observar, como no caso de Ivan que destacou “o relacionamento com minha esposa, um filho que mora comigo e as visitas de minha filha, meu genro e com minhas netas, que têm se mantido em igual isolamento social, para que seja possível nos visitar.” Alguns mencionam que coisas como a leitura, redes sociais para se comunicar com outras pessoas, relacionamento com os familiares e a espiritualidade estão sendo de grande apoio neste momento atípico.

Além disso, Daniel de 67 anos alega que tem feito leituras e discussões sobre diversos temas com filhos e netos, sendo este um bom exemplo de práticas intergeracionais que podem ser feitas em casa. Jorge ainda frisa que a comunicação entre amigos foi um grande fator que tem lhe ajudado pois ele tem aprendido alguns conhecimentos relacionados à sua área de atuação e tem dividido o seu trabalho entre eles. Sendo também uma alternativa que tem ajudado a vivenciar esse período, Amélia afirmou que produz máscaras para doação.

A partir do tema ‘Vida pós-pandêmica’ (T4), participantes citam que depois da pandemia eles darão mais valor à saúde e bem-estar e aos vínculos sociais e afetivos. Ana ressalta a falta do contato social dos seus parentes mais idosos e menciona: ‘Visitar com proximidade parentes mais idosos que estão querendo minha presença e eu a deles’. Outro fator como a ‘retomada das atividades cotidianas’ também aparece nessas perspectivas. Entretanto, enquanto alguns mencionam como se sentem em relação ao fim da pandemia, outros citam que ainda se sentem inseguros, como é o caso de três idosos que residem em Garanhuns/PE e em Caruaru/PE, ou possuem incertezas, e alguns não sabem informar.

Assim, os participantes compartilharam um pouco em como se sentem em relação ao futuro, isto é, quando a pandemia passar e o isolamento não for mais necessário. Sentimentos como a alegria, esperança, felicidade, alívio e insegurança foram recorrentes em seus relatos. Alguns estão na expectativa de haver a vacinação para todas as idades para assim voltarem a conviver novamente com todos os familiares e amigos. Outros almejam voltar a viajar e trabalhar presencialmente, além de frequentar os locais públicos sem as restrições. Além disso, Lucas, de 64 anos que reside em Caruaru/PE, acredita que haverá uma profunda mudança nos paradigmas sobre o valor da vida e das amizades.

Alguns ainda tem a perspectiva de um futuro inseguro ou não acreditam que será da mesma forma que era antes da pandemia. Não há dúvidas de que todo esse cenário pandêmico afetou todas as pessoas e países, mesmo que em proporções diferentes. Diante disso, Elisa, de 65 anos, expõe sua perspectiva quanto ao cenário:

“Tenho esperança que vai passar, mas não total segurança quanto ao futuro de uma vida totalmente normal como antes.”

Quanto à convivência com pessoas de diferentes faixas etárias/ idades durante a pandemia, foi possível observar as dificuldades por eles vivenciadas. Uma grande dificuldade foi a ausência do contato pessoal, a necessidade de cuidados higiênicos, além de uma insegurança pelo fato de muitas pessoas não respeitarem as restrições.

Amélia, de 80 anos, ainda comenta que sua maior dificuldade está sendo lidar com a saudade, já que estamos a mais de um ano vivenciando o distanciamento social. Mesmo diante de todo o cenário caótico, alguns fatores colaboraram para amenizar toda essa situação de isolamento social e do distanciamento.

Na busca de compreender melhor a percepção e vivências dos participantes, eles compartilharam suas experiências mais marcantes e as interações com outras pessoas em espaços públicos durante a pandemia. Devido ao alto índice de contágio do vírus, muitas pessoas foram acometidas e levadas à óbito. Assim, alguns relatos remetem a este assunto pois Ivan e Ana citam que umas das experiências mais marcantes foi o sepultamento dos familiares e amigos ao qual não é possível comparecer ao local em um momento tão delicado ou respeitar as restrições nessas ocasiões, conforme apontados nos extratos a seguir:

“O que tem sido mais marcante foi o sepultamento de cada pessoa da família e de cada amigo, dos quais ficamos privados de estar presente nessa hora tão difícil” (Ivan, 68 anos).

“Sim, com o falecimento de membro da família tive imensa comunicação, até mesmo presencial de pessoas com os devidos cuidados cumpridos” (Ana, 69 anos).

Outro fator que um deles fazem menção é ao início da pandemia, onde uma participante se deparou no mercado com várias pessoas utilizando máscaras e muitos protocolos de higiene e isso a deixou assustada pois nunca havia vivenciado isso.

As novas tecnologias tem sido uma grande aliada nesse momento pandêmico, inclusive como uma experiência marcante no relato de Fábio, de 39 anos, que destaca o “uso de novas tecnologias”. Ações como escrever artigos/crônicas e participar de movimentos de manifestações ou reencontrar pessoas em locais religiosos também aparecem nas respostas. Dez participantes relatam que não tiveram nenhuma experiência marcante neste período pelo fato de estarem mantendo o isolamento, não estarem frequentando os espaços públicos, não terem nenhum relato ou não lembrarem de algo para compartilhar.

## **6. CONTRIBUIÇÃO**

Esta pesquisa buscou identificar os principais aspectos que moldam representações e práticas intergeracionais no contexto de cidades médias. O estudo qualitativo acessou em especial a realidade de idosos residentes em cidades médias e identificou características de suas práticas intergeracionais na cidade em sua interface com os desafios trazidos pela pandemia de Covid-19, bem como identificou temas emergentes dessas práticas considerando este cenário.

Além de gerar dados que podem auxiliar a suprir lacunas de conhecimento sobre a intergeracionalidade, tema pouco estudado, esta pesquisa buscou sobretudo informar o campo da gestão e políticas públicas acerca de práticas e espaços intergeracionais na cidade, e os modos como têm sido percebidos e vividos, bem como impactados por fatores externos, como a realidade de risco sanitário associado à pandemia. Além de identificar quatro temas

emergentes desse cenário pandêmico - relação com a cidade na pandemia; interações sociais na pandemia; mecanismos de apoio durante a pandemia e vida pós-pandêmica -, o estudo permitiu apontar a relevância (social, afetiva, econômica) atrelada às novas tecnologias de informação e comunicação. Se durante a pandemia o contato direto entre os mais novos e mais velhos foi considerado um possível risco à saúde destes, as TICs tiveram importante papel na redução da distância emocional entre gerações, bem como adaptando atividades cotidianas em função de restrições de deslocamento e acesso.

É pertinente indagar o campo das políticas acerca da relevância da intergeracionalidade sobre a saúde emocional dos cidadãos e os distintos modos em que espaços na cidade podem contribuir ao prover meios para a integração entre diferentes gerações. Além disso, a perspectiva de um cotidiano pós-pandêmico sugere a necessidade de rever ênfases, posto que ainda que haja incertezas em torno de um ‘novo normal’, os vínculos sociais e afetivos passam a ser valorizados em um cenário voltado à saúde e bem-estar.

Ainda, diante da tendência de envelhecimento populacional, a integração entre diferentes gerações deve ser alvo de atenção do campo da gestão e políticas públicas à medida que questões ligadas a qualidade de vida urbana (segurança, acessibilidade, equipamentos públicos atrativos, espaços de convivência adequados, acesso a comércio etc.) devem ser lidas de forma integrativa, e não segregada. Esse tipo de ênfase, o da intergeracionalidade, pode inclusive representar ganhos de eficiência em termos de alocação de recursos públicos no âmbito da gestão urbana, por exemplo. Assim, é proveitoso avançar em estudos que possam sugerir caminhos mais específicos para suprir essa demanda por habitabilidade segura e saudável nas cidades brasileiras.

## 7. REFERÊNCIAS

- AITKEN, S. C. (2001). Global crises of childhood: rights, justice and the unchildlike child. *Area*, v.33, n.2, p. 119-127.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**. V. 3, N. 2, p. 77-101.
- CARVALHO, M. C. B. N. M. (2012). Relações Intergeracionais Alternativa para minimizar a exclusão social do idoso. **Revista Portal de Divulgação**, n.28. Ano III. Dez. 2012  
<http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/revista/index.php>
- CECARELLI, M. C. P.; SALLES, L. M. F. (2016). Políticas Públicas Para a Juventude: Algumas Considerações. **Imagens da Educação**, v. 6, n. 3, p. 23-36, 2016.
- IBGE (2010). **Amostra – Características da População**. Disponível em <  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/pesquisa/23/25888?detalhes=true> > Acesso em abr 2021
- IBGE (2021). **Pesquisa de população estimada**. Disponível em <  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama> > Acesso em abr 2021
- FERRIGNO, J. C. (2011). Programas intergeracionais no Brasil. **Revista a Terceira Idade SESC: Estudos sobre envelhecimento**. São Paulo, v.22, n. 50, p. 74-91, março de 2011.
- FLECK, M. P. A. *et al.* (1999). Aplicação da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100). **Rev. Saúde Pública**, V. 33, N. 2, Abr, p. 198-205.
- FOTEL, T.; THOMSEN, T. U. (2004). The Surveillance of Children’s Mobility. **Surveillance & Society**, v. 1, n. 4, p. 535-554.
- IPEA. (2018). Nota Técnica - 2018 - Dezembro - Número 51 – Disoc. Disponível em: <  
[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/1801207\\_nt\\_51\\_disoc\\_breve\\_analise\\_nova\\_projecao\\_populacao\\_ibge\\_impactos\\_previdenciarios.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/1801207_nt_51_disoc_breve_analise_nova_projecao_populacao_ibge_impactos_previdenciarios.pdf) > Acesso 5 abr 20.

- LICHOTTI, C. (2021). **Covid rouba dois anos da expectativa de vida dos brasileiros**. Disponível em : < <https://piaui.folha.uol.com.br/covid-rouba-dois-anos-da-expectativa-de-vida-dos-brasileiros/> > Acesso em maio 2021
- MANNHEIM, K. (1952). The problem of generations. In: Kecskemeti, P. (ed.) **Essays on the Sociology of Knowledge**. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, p. 276–322.
- MERRIAM, S. B. (1992). **Qualitative research and case study applications in education**. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass
- MORAES, R. F. (2021). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **A Segunda Onda da Pandemia (Mas Não do Distanciamento Físico): Covid-19 E Políticas de Distanciamento Social dos Governos Estaduais no Brasil**. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=37437&Itemid=4](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37437&Itemid=4)
- MOTA, P. C.; NEVES, R. (2018). Práticas intergeracionais e TIC: um contributo para uma revisão da literatura. **Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação**, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 5-20, jan./jun.
- NEWMAN, S. (2011). Histórico, modelos, resultados e melhores práticas dos programas intergeracionais. **Revista A Terceira Idade SESC: Estudos sobre envelhecimento**. São Paulo, v.22, n. 50, p. 7-18, março de 2011.
- PEREIRA, E.F.; TEIXEIRA, C.S.; SANTOS, A. (2012). Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012
- PUNCH, S. (2019): Why have generational orderings been marginalised in the social sciences including childhood studies? **Children's Geographies**. V. 18, N. 2, p. 128-140, DOI: 10.1080/14733285.2019.1630716.
- POJANI D.; BOUSSAUW, K. (2014). Keep the children walking: active school travel in Tirana, Albania. **Journal of Transport Geography**, n. 38, p. 55-65.
- RICHARDSON, R. J. (1999). **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas.
- SILVA, M. R. (2016). Políticas públicas de juventude: medidas preventivas e medidas punitivas. **Revista Âmbito Jurídico**. Disponível em < <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-150/politicas-publicas-de-juventude-medidas-preventivas-e-medidas-punitivas/> > Acesso em 10 dez 2020.
- SOUZA, E. M. de; GRUNDY, E. (2007). Intergenerational interaction, social capital and health: Results from a randomised controlled trial in Brazil. **Social Science & Medicine**, V. 65, N. 7, p. 1397-1409.
- \_\_\_\_\_. (2003). Integração entre gerações na promoção da saúde: estudo qualitativo no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, 37, 4, p. 463-9.
- SPITERI, D. (2016). What do older people learn from young people? Intergenerational learning in 'day centre' community settings in Malta. **International Journal of Lifelong Education**, V. 35, N. 3, p. 235-253, DOI: 10.1080/02601370.2015.1132278
- VANDERBECK, R. M. (2007). Intergenerational Geographies: Age Relations, Segregation and Re-engagements. **Geography Compass**, V. 1, N. 2, p. 200–221.
- VAN VLIET, W. (2011). Intergenerational Cities: A Framework for Policies and Programs, **Journal of Intergenerational Relationships**, v. 9, N. 4, p. 348-365.